

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: GARANTIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DIGNIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

¹ Romário Oliveira da Silva; ² Maria Ravelly Martins Soares Dias

¹ Aluno do Curso de Direito da Faculdade 05 de Julho - F5, Sobral/CE; rominhotorquatto@hotmail.com;

² Orientadora/Professora do Curso de Direito da Faculdade 05 de Julho - F5, Sobral/CE;
ravelly.soares@faculadef5.com.br.

RESUMO

Introdução O Direito Previdenciário é essencial no Estado de Direito Democrático, garantindo a proteção social e promovendo a dignidade humana diante de eventos como aposentadoria, incapacidade e óbito. **Metodologia** Exame dos princípios constitucionais e das estruturas dos sistemas previdenciários brasileiros, com foco nas alterações necessárias para a sustentabilidade e ampliação da abrangência. **Resultados e Discussão** O Direito Previdenciário, além de salvaguardar a proteção social, enfrenta desafios constantes de adaptação às mudanças socioeconômicas, requerendo reformas para manter a equidade social e a sustentabilidade financeira do sistema. **Direito previdenciário: Garantia de Proteção Social e Dignidade no Estado Democrático de Direito** O Estado democrático de direito e as normas nacionais referentes a seguros têm uma função crucial na proteção dos direitos sociais e na promoção da dignidade humana. Esta área do direito é responsável por regular e garantir a proteção social dos cidadãos diante de situações como aposentadoria, invalidez, doença e morte, oferecendo uma rede de segurança que ampara os indivíduos e suas famílias em momentos de vulnerabilidade. No Brasil, o sistema nacional de seguros está dividido em três sistemas principais: o Sistema Geral de Seguridade Social (RGPS), que engloba a maior parte dos trabalhadores; o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para os servidores públicos; e o Regime Complementar de Previdência, que disponibiliza seguro adicional voluntário. Esses sistemas são fundamentados em princípios constitucionais como solidariedade e universalidade, garantindo que todos contribuam conforme suas capacidades e recebam de acordo com suas necessidades. A democracia e o Estado de direito demandam uma constante melhoria dos sistemas de seguridade social para refletir as mudanças sociodemográficas, sociais e econômicas. Frequentemente, reformas são necessárias para assegurar a viabilidade financeira do sistema e ampliar a cobertura, buscando sempre equilibrar os direitos dos segurados com as responsabilidades financeiras do Estado. A legislação de seguridade social em um Estado democrático de direito é uma ferramenta importante para promover a justiça social, a igualdade e a dignidade humana. Isso não apenas protege os indivíduos dos riscos sociais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e coesa, onde todos possam viver com segurança e dignidade, independentemente das dificuldades da vida. **Conclusão/Considerações Finais** O Direito Previdenciário desempenha um papel crucial na proteção social e na promoção da dignidade humana em um Estado Democrático de Direito. A análise dos princípios constitucionais e dos sistemas previdenciários brasileiros revela a necessidade constante de adaptação e reforma para garantir a sustentabilidade e a equidade. É fundamental que as políticas públicas e a legislação continuem a evoluir para enfrentar os desafios socioeconômicos e assegurar a proteção social a todos os cidadãos, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Direito Previdenciário; Proteção Social; Reformas; Sustentabilidade; Equidade.